



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 15.125, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005.

Revogada pela Lei nº 15.949, de 29-12-2006, art. 4º

~~Dispõe sobre a prestação voluntária de serviços por parte de policiais civis, militares e bombeiros militares, fora da jornada normal de trabalho, mediante a retribuição pecuniária que especifica e dá outras providências.~~

~~A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:~~

~~Art. 1º Fica instituída a prestação voluntária de serviços por parte de policiais civis, militares e bombeiros militares, após cumprida a jornada diária de trabalho a que estão sujeitos.~~

~~Parágrafo único. O serviço voluntário a que alude este artigo será de natureza operacional e terá caráter preventivo, extensivo, repressivo e de combate a incêndio, abrangendo, inclusive, as ações de resgate e salvamento.~~

~~Art. 2º O serviço voluntário será prestado na atividade fim da instituição de lotação do policial civil, militar e bombeiro militar que se apresentar, atendendo-se ao interesse, à conveniência e necessidade do Estado.~~

~~Art. 3º A carga horária máxima para a prestação voluntária de serviços será de 48 (quarenta e oito) horas mensais, com jornadas de trabalho não inferiores a 6 (seis) horas.~~

~~Art. 4º São impedidos de integrar o voluntariado instituído por esta Lei:-~~

~~I—os policiais civis, militares e bombeiros militares que:-~~

~~a) não estejam no efetivo exercício do seu cargo, posto ou graduação;-~~

~~b) estejam exercendo função comissionada ou gratificada;-~~

~~c) estejam respondendo a inquérito, sindicância ou processo administrativo pela prática de transgressões disciplinares;-~~

~~d) estejam cumprindo punição disciplinar no período da prestação do serviço;-~~

~~e) estejam à disposição de instituições ou de outros órgãos da Administração Pública;-~~

~~II—os militares e bombeiros militares que estejam:-~~

~~a) agregados;-~~

~~b) submetidos a Conselho de Disciplina ou de Justificação;-~~

~~c) quando praças, classificados como insuficientes ou de mau comportamento.-~~

~~Art. 5º Os policiais civis, militares e bombeiros militares admitidos para a prestação voluntária de serviços, nos termos desta Lei, terão direito a uma retribuição pecuniária, a título de gratificação, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pelo cumprimento da carga horária mensal máxima prevista no art. 3º.~~

~~§ 1º Na hipótese de não ser atingido o limite máximo de horas trabalhadas, fixado no art. 3º, a gratificação mencionada no "caput" deste artigo será calculada e paga proporcionalmente ao número de horas efetivamente trabalhadas no mês.~~

~~§ 2º Computar-se-á como 1 (uma) hora a fração desta igual ou superior a 30 (trinta) minutos.-~~

~~Art. 6º A gratificação prevista no art. 5º será paga no mês seguinte ao da prestação do serviço voluntário, juntamente com a remuneração do mês do servidor agraciado, terá natureza transitória e não se incorporará ao vencimento ou remuneração para nenhum efeito.~~

~~Art. 7º Os recursos financeiros necessários ao pagamento da gratificação indicada pelo art. 5º advirão do Tesouro Estadual, devendo ser solicitados mensalmente pelo Secretário da Segurança Pública e Justiça, e não poderão ultrapassar o percentual de 3% (três por cento) do montante de folha de pagamento de pessoal da ativa de cada Corporação.~~

~~Art. 8º Na elaboração das escalas de serviço, deverá ser guardado, no mínimo, um intervalo de descanso igual ao último período de serviço voluntário prestado.~~

~~Art. 9º Os integrantes do Quadro de Praças Especialistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar e os policiais civis, militares e bombeiros militares lotados nos serviços de inteligência somente poderão habilitar-se ao serviço voluntário quando houver necessidade de apoio específico dentro de suas especialidades.~~

~~Art. 10 Cada Corporação designará um oficial ou autoridade policial para, cumulativamente com as atividades já exercidas, planejar as ações do serviço voluntário, elaborar a escala, coordenar, controlar e fiscalizar a execução do serviço voluntário, apresentando relatório mensal e a respectiva folha de pagamento no dia 30 de cada mês.~~

~~Art. 11 Os Comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e o Diretor Geral da Polícia Civil baixarão as instruções normativas necessárias à execução desta Lei.~~

~~Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 25 de fevereiro de 2005, 117ª da República.~~

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

Ivan Soares de Gouvêa

José Carlos Siqueira

José Paulo Félix de Souza Loureiro

Jônathas Silva

(D.O. de 28-02-2005) - Suplemento

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 28.02.2005.

Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Corpo de Bombeiros - BOMBEIROS Delegacia-Geral da Polícia Civil - DGPC Poder Legislativo Polícia Militar - PM Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP
Categoria	Corpo de Bombeiros Militar